

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE DISPUTAS Ata de Reunião

Data: 22.11.2017
Local: CEJUSC 2º Grau
Presenças: Des. **Ricardo Hofmeister Martins Costa** (coordenador);
Des. **João Paulo Lucena**;
Juíza **Elisabete Santos Marques**;
Juiz **Luis Henrique Bisso Tatsch**;
Juíza **Cíntia Machado de Oliveira**;
Juiz **Jorge Alberto Araujo**;
Onélio Luis Soares dos Santos;
André Soares Farias.
Secretário: Rodrigo Menezes Citrin (AGE)
Horário: 12h10min – 13h27min

O Des. Martins Costa abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Passou aos itens da pauta: **1. Proposta de alteração da Portaria nº 1.596/2017 – composição do NUPEMEC:** Des. Martins Costa informou que levou o nome do Onélio para a Desa. Vânia, a fim de que passe a integrar o Núcleo – o que foi deferido. Sugeriu, aos presentes, que seja aumentado o número de integrantes do NUPEMEC. Comunicou que a Juíza Elisabete será a futura Juíza Auxiliar da Presidência, solicitando que ela atue diretamente no Núcleo – Juíza Elisabete irá conversar com a Desa. Vânia a respeito. J. Luis Henrique sugere que o Juiz Auxiliar da Presidência passe a integrar a composição do Núcleo. Sugerida também a inclusão do Juiz Auxiliar da Corregedoria na composição do Núcleo. **Após debate, os integrantes concordaram em propor à administração a alteração da Portaria nº 1.596/2017, para constar na composição do NUPEMEC os Juízes Auxiliares da Presidência e da Corregedoria.** Des. Martins Costa irá formalizar a solicitação à Presidência. J. Luis Henrique comentou sobre a possibilidade para que os magistrados, quando terminarem sua “passagem” pelo CEJUSC, continuem integrando-o na condição de Conselheiros. **2. Orientações e uniformização de procedimentos no CEJUSC 2º Grau:** Des. Martins Costa trouxe sugestão do Onélio, quanto a triagem dos processos antes de inclusão no CEJUSC, visando maior efetividade nas conciliações. Salientou a importância da normatização dos procedimentos do CEJUSC, com o intuito de padronizar os atos, que são praticados por diversos magistrados e servidores. J. Luis Henrique sugere que no futuro

haverá a necessidade de serem chamados os escritórios de reclamantes para uma reunião institucional, tal qual já ocorreu com algumas empresas. Des. Lucena falou da necessidade de uma campanha junto aos magistrados para que utilizem com maior frequência o CEJUSC e seu espaço para conciliações. Des. Martins Costa corroborou a ideia com a informação de que os Desembargadores Wilson e Francisco utilizam semanalmente o espaço do CEJUSC 2º Grau, obtendo índices altíssimos de conciliação. Sugeriu que o Coordenador do Núcleo, juntamente com a Juíza Elisabete e mais um juiz do 1º Grau, encarreguem-se de iniciar a elaboração das orientações para uniformização de procedimentos no CEJUSC. **3. Relato e situação do CEJUSC 1º Grau:** J. Luis Henrique fez um breve relato da atuação do CEJUSC no 1º Grau, mencionando o projeto de audiências iniciais, cujo o índice de conciliação no CEJUSC é em torno de 30%. Contou que para contornar a resistência encontrada por parte dos magistrados, foi adotado o procedimento de “venda casada”, onde o magistrado enviava 50 processos de audiências iniciais e, com isso, poderia enviar 20 processos que estivessem conclusos para sentença. **4. Espaço e atuação da CAP no Foro da capital:** Des. Martins Costa informou que pretende conversar com o servidor Sandro, da SEMPRO, para tratar da mudança do CEJUSC 1º Grau. O assunto será aprofundado na próxima reunião do Núcleo. **5. Debate sobre advertência e não comparecimento em audiências nos CEJUSCs:** Des. Martins Costa propôs a inclusão de uma advertência “mais pesada” nas notificações de audiência de conciliação, citando o caso do TRT19 que já utiliza uma advertência nas suas intimações. O assunto será tratado novamente em reunião futura. **6. Audiência de conciliação realizada por webcam:** Des. Martins Costa noticiou que o TRF está realizando audiências via webcam, manifestando sua opinião da importância deste recurso para uma melhor prestação dos serviços do CEJUSC. J. Luiz Henrique salienta que a Portaria do CEJUSC deverá sofrer alterações. Farias falou sobre o ambiente de conciliação virtual, sendo, basicamente, um “chat” virtual. Falou também da ferramenta Google Hangout, sendo necessária somente a instalação de uma *webcam* para a utilização do recurso, que já se encontra disponível no Tribunal. Ressaltou ainda a possibilidade das partes utilizarem inclusive smartphones para realizarem as reuniões. Lembrou que os notebooks já possuem *webcam* (e cada magistrado e diretor de secretaria das VTs do interior possui um equipamento), o que facilitaria a utilização da ferramenta. J. Jorge questiona a efetividade de uma reunião virtual. Sugere que seja feito um projeto-piloto. **Sugestão aceita.** Farias irá elaborar um material com todos os requisitos técnicos necessários para a implementação do projeto-piloto. J. Luis Henrique falou do caso do TRT15, onde conciliações são feitas por *Whatsapp*. Ressaltou que a ideia merece ser considerada, pois permitiria a interação de qualquer advogado com procuração no processo que fornecesse o número de telefone para participar de conciliação, o que superaria a dificuldade do sistema de conciliação virtual do TRT4 no qual somente os advogados cadastrados no PJe podem atuar, o que dificulta a

operacionalização do meio. Farias irá contatar a 15ª Região para buscar maiores informações. **7. Atuação da Juíza Elisabete no CEJUSC 2º Grau:** tópico já debatido no item 2. **8. Relato sobre CEJUSC Caxias do Sul:** Des. Martins Costa irá à Caxias, na próxima semana, para tratar da implantação do primeiro CEJUSC do interior. **9. Assuntos gerais:** J. Cíntia lembrou da necessidade de divulgação permanente do CEJUSC. Falou também sobre o curso de comunicação assertiva e não violenta, ressaltando sua importância para os conciliadores dos CEJUSCs. Contou que manteve contato com a ministrante do curso, recebendo retorno positivo acerca da possibilidade de criação de um curso voltado às necessidades do CEJUSC. Des. Martins Costa salientou a necessidade de divulgação imediata de casos importantes conciliados. Onélio sugeriu a solicitação de “banners” à SECOM com informações sobre os CEJUSCs e matérias relacionadas, para serem colocados em locais estratégicos, tais como as salas da OAB e VTs. Des. Martins Costa frisou a importância de um curso de cálculos para magistrados e servidores que atuem no CEJUSC. J. Jorge lembrou das televisões que foram distribuídas pelo CNJ há anos e que poderiam ser utilizadas para divulgar informações úteis à comunidade jurídica. J. Jorge falou do grupo interinstitucional formado pela OAB e Procuradorias, cuja atribuição é tratar de mediação e conciliação, sugerindo que o grupo seja integrado ao NUPEMEC. Des. Martins Costa salientou a importância do planejamento para atuação do Núcleo nos próximos dois anos. Onélio informou que a pauta deste ano do CEJUSC 2ºG já está lotada e que há processos “represados” aguardando liberação de data para 2018. Des. Martins Costa dará retorno diretamente para o Onélio. Des. Martins Costa comentou sobre uma solicitação dos juízes Jorge e Elisabete para encaminhamento à Escola Judicial de um curso oferecido por Harvard e outro pela Pepperdine, sugerindo que se faça o encaminhamento. J. Jorge explicou que o curso oferecido por Harvard é muito tradicional, contando com uma parte realizada presencialmente em Boston. Sugere que seja dada preferência para realização do curso para os integrantes do NUPEMEC. Ata redigida pelo servidor Rodrigo Menezes Citrin, técnico judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.